

RELAÇÕES SEMÂNTICAS ENTRE ORAÇÕES

Hugo Mari

INTRODUÇÃO

A análise das relações entre duas orações tem merecido, mais recentemente, formulações diferenciadas em relação ao quadro tradicional de análise. Do ponto de vista sintático, oposições tradicionais como coordenação/subordinação têm sido avaliadas e formuladas em termos de outros parâmetros como encaixe, expansão, apagamento, etc. No âmbito desses processos avaliativos, distinções entre orações coordenadas e subordinadas adverbiais cada vez se tornam menos consistentes, quer pelas proximidades de comportamento estrutural, quer pelo parentesco semântico existente entre tipos de um e outro conjunto. Todo esse esforço para definir uma tipologia das relações entre orações tem sido dimensionado, em grande parte, em torno do arranjo estrutural e funcional das unidades oracionais. Apenas em casos mais localizados (por exemplo: análise específica das diversas relações que o «se» ou o «mas» realizam)¹ é que se tem procurado uma abordagem que toca na questão semântica específica da relação entre o conteúdo proposicional de duas ou mais orações.

A ANÁLISE NOS TEXTOS ESCOLARES

A análise das relações entre orações nas Gramáticas Escolares e em muitos Manuais Didáticos pode ser resumida, se abstrairmos circunstâncias muito específicas, em quatro pontos gerais que, embora não explicitados, no meu entender, comandam toda a análise de classificação das relações:

- A) considerar a relação entre duas orações com base no tipo de elemento da conexão ou da separação. (Por esse critério, as orações têm sido distribuídas em grupos maiores de coordenadas/subordinadas ou em sindéticas/assindéticas);
- B) considerar a função sintática que uma oração pode exercer na outra. (Aqui a partição agrupa conjuntos menores como substantivos e adjetivos principalmente);

- C) considerar a relação entre duas orações com base numa suposta natureza semântica do elemento de conexão. (Assim, opera-se a distinção semântica entre algumas coordenadas e subordinadas);
- D) considerar a relação entre os conteúdos das orações. (Recurso derradeiro, geralmente implementado para decifrar relações não asseguradas pelos critérios anteriores, mas que hoje tem assumido um estágio de questionamento de um certo automatismo da análise tradicional).

Não se pode evidentemente condenar esse grupo de critérios, muitos deles naturalmente ainda prevalentes para qualquer tipo de abordagem. A dificuldade maior que se tem colocado é que nem sempre são suficientemente claros e a análise costuma se transformar num ritual de classificações apriorísticas: a tentativa de formular ou especificar a relação entre as orações com um peso excessivo numa taxionomia das conjunções. Em outras palavras, esse procedimento pressupõe que a natureza do vínculo semântico entre orações seja estabelecido primeiro (e às vezes apenas) pela conjunção e não (e sobretudo) por particularidades específicas do conteúdo das orações. Aqui falo especificamente das relações coordenadas e das subordinadas adverbiais, objeto dessa reflexão, as quais têm, de fato, um potencial semântico que tem sido mais explorado.

ABORDAGEM PRETENDIDA

Pretendo neste texto avaliar a oposição semântica entre um subconjunto de orações coordenadas e de adverbiais que partilham, no meu entendimento, dos mesmos compromissos de sentido no interior de um período. Grande parte dessa reflexão já se encontra largamente divulgada em diversos tipos de abordagem;² proponho-me apenas a reunir algumas anotações numa visão mais global.

Antes de entrar diretamente na análise da relação entre orações, gostaria de fazer um pequeno comentário para recapitular uma discussão que tem sido freqüente em qualquer abordagem semântica e que aqui tem alguma importância. Refiro-me à controvérsia entre **intensionalismo** e **extensionalismo**.

Um aspecto de sentido pode ser visto como **extensional** se ele mantém uma relação direta/indireta com aspectos da realidade; ao contrário, é dito **intensional** quando decorre muito mais de uma formulação discursiva, onde, evidentemente, o extensional pode ou não ter uma contrapartida. Uma discussão, no limite, desses dois conceitos permite que formulemos sobre a natureza do sentido dois princípios básicos que se completam e se inter cruzam: (a) há camadas de sentido, numa língua natural, que advêm de uma representação cognitiva/conceitual dos objetos reais — a língua mantém numa relação especular com a realidade; (b) há camadas de sentido que se originam

da organização, da relação das unidades lingüísticas — o próprio sistema é um gerador de sentido. Em frases como «João viu Maria» e «Maria foi vista por João» existe parte do conteúdo proposicional que é extensional, isto é, que decorre de características essenciais ou acidentais de objetos de um dado mundo possível, do qual os significantes Maria e João são representações para pessoas, do sexo feminino/masculino etc. Existem também outros aspectos do sentido dessas frases que não decorrem necessariamente de dados reais desses referentes, mas da tessitura discursiva dos signos. Por exemplo, o fato de «João» ser agente e «Maria» paciente, ou efeitos de sentido que podem ser explorados a partir da mudança de voz ou de foco não decorre de nenhuma especificidade dos objetos reais representados nessa proposição, mas do arranjo de suas unidades. Mesmo considerando propostas apresentadas por Fillmore de nomes como João/Maria serem representados internamente com traços de agente e paciente, a questão ainda permaneceria, já que uma decisão sobre a relatividade desses traços só se dá por razões estruturais. Enfim, o **extensional** constitui as camadas de sentido representadas pela projeção da realidade de um mundo possível, que conhecemos ou concebemos, sobre a linguagem, enquanto o **intensional** resulta de arranjos internos da formulação lingüística. Isso aqui está sendo colocado numa visão dos seus contornos mais nítidos, mas é evidente que os limites entre uma e outra dimensão ainda estão em aberto e talvez nem mesmo sejam possíveis ou desejáveis certas demarcações entre elas.

A partir dessas observações, podemos definir o conteúdo de uma proposição como sendo representado por uma categoria da realidade, isto é, um conteúdo semântico qualquer que expressa uma propriedade, um fato, um fenômeno, uma norma, uma convenção, todos fazendo parte de um conhecimento que vai do natural ao meramente circunstancial ou imaginário. Esses conteúdos, além de passarem por um processamento lingüístico no interior da proposição, podem ser submetidos também a correlações mais genéricas que obedecem a «certos princípios de organização lógica». Mas especificamente podemos dizer que dois conteúdos podem (e pendem) a agrupar-se numa relação de implicação, quer por necessidade (natural), quer por conveniência (social, pessoal). Entendemos aqui por uma **relação de implicação** a possibilidade de que, dado um termo, podemos chegar a algum outro que mantém com o primeiro uma relação de dependência semântica. Por exemplo, existe uma relação de implicação necessária/possível entre

flutuar na água	ser menos denso
aprender	estudar
anular o gol	ser o juiz
não trabalhar	ser feriado
jogar mal	ser vaiado
correr	chegar a tempo

É evidente que o grau de codagem da relação implicativa entre os conteúdos acima só pode ser determinado em função de cada relação em particular. Assim, a implicação estabelecida entre «flutuar na água» e «ser menos denso» (que a água) (guardadas as proporções quantitativas necessárias para a relação) é natural para um «mundo possível» que definimos como nossa realidade, por estar, por razões independentes da nossa vontade, estreitamente interligados. Já uma relação implicativa como «não trabalhar» e «ser feriado» faz parte de um arranjo cultural possível e não necessário, cuja coesão em termos de passagem de uma proposição à outra é garantida em função de convenções, de hábitos, etc. De toda forma, se as relações de implicação são definidas com base numa compatibilidade possível/necessária entre conteúdos de proposições distintas, podemos admitir que ainda estamos no domínio do extensional, ainda que por razões convencionais. Além do mais, precisamos admitir que a possibilidade de se criar relações implicativas é certamente infinita e que a linguagem é o lugar de que os falantes dispõem, para, a cada momento, formular novas relações. Assim, no meu entender, deve constituir o ponto inicial de uma análise das relações semânticas entre as orações a natureza da flutuação entre diversos conteúdos implicativos, e não uma ilusória estabilidade de sentido assegurado pelas conjunções.

Pelo raciocínio até agora desenvolvido, poderíamos pensar no fato de que, se a implicação (convencional ou não) é formulada a partir do conteúdo das proposições, qual seria o papel dos conectivos nesse trabalho de agrupar conteúdos? Penso que os conectivos têm, num certo estágio da formulação lingüística, um papel importante na avaliação global dessa relação, mas há também um outro momento em que o seu papel assume apenas um caráter modalizador da relação. Mas não é só a presença da conjunção que imprime um caráter nocional à relação; o conteúdo das proposições é fundamental na sua determinação também. De toda forma, acho importante isolar essas duas funções que os conectivos podem desempenhar numa relação entre orações e é essa primeira função, a avaliativa, que se aproxima mais dos objetivos desse texto, já que melhor se conjuga com uma abordagem global sobre relação entre orações. Assim, antes de reconhecer uma função modalizadora particular dos conteúdos, é importante apontar uma função mais geral de «jogar» com conteúdos de uma relação implicativa em três aspectos maiores: isto é, a possibilidade de se duvidar dessa relação, ou de negá-la ou de confirmá-la.

A) Uma relação implicativa pode ser questionada se sobre ela apresentamos dúvidas e registramos lingüisticamente apenas como uma hipótese possível (provável). Essa possibilidade expressiva da língua permite formular, para conteúdos supostamente implicados, um estágio de conjectura entre uma proposição antecedente «p» e uma conseqüente «q»:

1. Se a madeira é menos densa, ela flutua na água.
2. Se a madeira flutuar na água, ela é menos densa.

3. Se você corresse, chegaria a tempo.
4. Se for feriado, eu não trabalho.

Nesse esquema, portanto, uma implicação formulada por razões culturais, convencionais ou naturais, para um dado mundo possível, pode ter o seu estatuto de passagem de um termo antecedente (p) para o conseqüente (q) expresso de forma hipotética. A passagem «se p, (então) q» é, portanto, formulada em termos da dependência da realização de «p».

Essa dependência na relação implicativa se faz representar tipicamente pela formulação conhecida como «pensamento condicional» já largamente estudado,³ cujo efeito argumentativo, num discurso mais próximo do referencial, é o de avaliar aquela correlação específica.

A formulação condicional, seja na Lógica Clássica, seja na Gramática, tem caminhado mais ou menos lado a lado. Todavia, é possível que essa mesma possa ser expressa, no uso comum da língua, de outras formas, como no exemplo:

5. Quando a madeira é menos densa, ela flutua na água.

Aqui o caráter de hipótese ainda permanece na relação, mas agora, ao ser modalizada temporalmente, ela perde parte da generalização que mantinha na forma «se... (então)»; a sentença pode significar algo em particular (por exemplo, sobre um tipo/pedaco de madeira específico e em relação a uma certa quantidade de água), diferente do caráter geral que sustentava anteriormente. De toda forma, quando pode, neste exemplo, avaliar a relação de implicação, tomando-a de modo restrito e particular.

B) As mesmas relações implicativas podem comportar um segundo aspecto de formulação lingüística: a possibilidade de serem negadas. Dois conteúdos proposicionais que se implicam (por razões diversas) podem ser expressos de maneira tal que «p» deixa de ser uma condição, ainda que se realize, para a consecução de «q».

6. Embora a madeira seja menos densa, não flutua na água.
7. A madeira é menos densa, mas não flutua na água.
8. Embora fosse hoje feriado, eu \emptyset trabalhei.
9. Hoje foi feriado, mas eu \emptyset trabalhei.

Nessa análise global da relação semântica entre orações estou deixando de lado efeitos de sentido particulares que troca de palavras, de tempo de verbos, do lugar de ocorrência da conjunção podem ocasionar. Quaisquer desses elementos considerados em contraste podem ser fonte de um efeito de sentido, mas este não afeta, suponho que na maioria dos casos, a função semântica global que é a de **negar/recusar** uma relação implicativa «anteriormente» postulada.

A análise proposta pressupõe, então, apontar tanto para as relações conhecidas como concessivas e como adversativas, a mesma

função semântica em relação a dois conteúdos proposicionais que se aproximam numa relação de causa-efeito: essa relação está desfeita ainda que o antecedente seja realizado. Admitir concessivas e adversativas como um mesmo padrão semântico de relação entre orações não significa admitir que entre elas exista uma coincidência absoluta de sentido: essa coincidência é ilusória para a maioria das formulações lingüísticas. Assim, interessa-nos aqui o caráter abrangente da articulação do sentido que as duas orações mantêm sobre o conteúdo global de uma relação implicativa. Além do mais, não é necessariamente a presença de uma conjunção (embora, mas) que assegura a natureza semântica da implicação. Conteúdos proposicionais como:

10. Ele era o juiz. Ele não anulou o gol de mão.
11. Ele era o juiz e não anulou o gol de mão.

continuam sendo formulados de modo a negar a relação implicativa.

C) Num terceiro ângulo da questão situa-se a possibilidade de usarmos certos arranjos específicos para assegurar a relação implicativa admitida entre dois conteúdos proposicionais. A implicação é, então, um compromisso em potencial que pode ser assegurado, mediante o uso de expressões lingüísticas que confirmam explicitamente a relação consecutiva entre «p» e «q». O rol de formulações possíveis para esse tipo de processo é bastante variável e compreende exemplos do tipo de:

12. Ele estudou. Ele aprendeu muito.
13. Ele estudou e aprendeu muito.
14. Ele estudou, logo aprendeu muito.
15. Estuda, que você aprenderá.
16. Ele aprendeu muito, porque estudou.
17. Ele estudou para aprender.
18. Ele estudou tanto que aprendeu.
19. Ele estudou de sorte que aprendeu.
20. Enquanto ele estudou, aprendeu.
21. A proporção que estuda, aprende.

A confirmação da relação implicativa apresenta, como vemos, diversos arranjos lingüísticos que sustentam uma forma básica de organização de dois conteúdos: um antecedente «p» (= estudar) e um conseqüente «q» (= aprender). Cada um desses arranjos pode implicar particularidades não apenas de seleção do conectivo, mas de ajustamento de tempo/modo verbal, a inserção de um quantificador em um dos termos, etc. Apesar de toda essa diversificação modalizadora que o conectivo e demais aspectos do arranjo formal podem introduzir, a relação semântica básica — confirmar a relação implicativa de causa-efeito — se mantém no conjunto das frases acima, permitindo um contraste evidente com os outros tipos de arranjo até agora mencionados. E antes de assinalar a diversificação de algum efeito de sentido

deduzido a partir da forma particular de cada exemplo, penso ser necessário garantir essa análise de afinidade semântica na relação entre esses dois conteúdos contidos em expressões lingüísticas distintas.

D) As construções disjuntivas/alternativas constituem um esquema complementar, já que não se enquadram em nenhum dos três parâmetros de correlação até agora analisados. Mais especificamente, uma relação disjuntiva, embora se situe também na intermediação de dois conteúdos proposicionais, impõe que apenas um deles seja «aproveitado», na fórmula pela qual vêm expressos e em função do esquema de valor-verdade, o que não se dá com os casos já analisados. Em outras palavras, numa relação disjuntiva exclusiva, por definição, o valor-verdade de cada proposição envolvida tem de ser excludente: se «p» é verdadeiro, então «q» é falso e vice-versa. Essa talvez seja a razão pela qual, no geral, os conteúdos de alternativas já costumam opor-se extensionalmente. Por exemplo: fazer calor x fazer frio; estar em Belo Horizonte x estar no Rio de Janeiro etc. Assim, a interpretação de frases como:

22. Ora faz calor, ora faz frio.

23. Ou está em Belo Horizonte, ou no Rio de Janeiro.

pressupõe: se «fazer calor», por exemplo, é uma asserção verdadeira, num tempo t, em um dado contexto, então «fazer frio» é uma asserção falsa sobre esse mesmo ambiente, no mesmo tempo. Esse é o padrão geral de interpretação e de formulação de relações disjuntivas. Passemos agora à análise de frases que serviram para exemplificar os tipos anteriores de relação implicativa. Assim, dois conteúdos como «estudar» e «aprender» dificilmente constituiriam uma relação disjuntiva no padrão anterior:

24. Ou estuda, ou aprende.

25. Ora estuda, ora aprende.

É muito pouco provável que operássemos aqui com o princípio de exclusão entre os conteúdos, isto é, a exclusão contradiz o «aprendizado» que temos de uma relação de causalidade entre **estudar e aprender**. Uma alternativa exclusiva com esses conteúdos e expressa nesse formato só faria sentido se estivéssemos numa situação de ironizar uma possível correlação onde **estudar** (nas suas mais diversas formas) não fosse considerado um pré-requisito para **aprender**. Entretanto, conteúdos implicativos podem comportar um arranjo disjuntivo, desde que se adote uma formulação semelhante à das concessivas/adversativas, isto é, que se introduza uma negativa e um dos conteúdos da correlação:

26. Ou estuda, ou não aprende

27. Ou não estuda, ou aprende

As versões (26) e (27) não estão num mesmo nível de naturalidade, embora do ponto de vista formal comportem uma análise semelhante.

Pela minha intuição, (26) é mais natural e (27) requer um certo «malabarismo» de raciocínio para o seu entendimento. Vejamos esse raciocínio: se não estuda é F (isto é, se um agente qualquer envolvido na situação, de fato, estuda), então, aprende é V; se não estuda é V (isto é, se o agente em questão, de fato, não estuda) então, aprende é F. O mesmo pode ser observado nos exemplos seguintes, onde a primeira versão me pareceu mais natural:

28. Ou corre, ou não chegará a tempo.
29. Ou não corre, ou chegará a tempo.
30. Ou não joga mal, ou será vaiado.
31. Ou joga mal, ou não será vaiado.

Embora tivesse ensaiado algumas observações que pudessem fundamentar uma razão explicativa para esse fato, não avancei na sua análise por achá-la muito confusa e fora de propósito nos objetivos desse texto. De fato, cada hipótese levantada era desfeita no passo seguinte pela mera reformulação de uma frase. Por exemplo, supus, a princípio, que seria menos natural (menos intuitivo) negar o antecedente: os casos (26) e (28) confirmam essa observação, mas (30) a refuta. De toda forma, a reflexão «esbarra» não apenas em função das alterações que podem ser feitas no interior de um exemplo (como: trocar mal por bem, vaiado por aplaudido, vaiado por não-vaiado, aplaudido por não aplaudido, etc.), onde cada caso passa a ser um caso, mas ainda pela dificuldade de se isolar o antecedente em algumas correlações (veja na seção seguinte comentários sobre essa questão). Por exemplo, que formulação seria mais natural?

32. Ou flutua na água, ou não é menos denso.
33. Ou é menos denso, ou não flutua na água.

Apesar de a introdução de uma negativa numa das orações fazer disjuntivas e concessivas/adversativas relativamente próximas estruturalmente, do ponto de vista semântico a distância entre elas é evidente; nesse aspecto, acho que a semelhança maior se dá com as relações hipotéticas. Nas disjuntivas a relação entre os conteúdos não é recusada, nem negada; o que se recusa aqui é a forma pela qual um dos conteúdos vem expresso. Assim, a relação disjuntiva, formulada a partir de conteúdos que se implicam, pressupõe:

34. «Quem estuda, aprende.»
35. «O que é menos denso, flutua na água.»

Portanto, formulações disjuntivas desse tipo incorporam aspectos das relações semânticas até aqui analisadas, bem como se distanciam dessas relações por uma razão muito particular. Assim:

- a) Elas mantêm o caráter particular da disjunção exclusiva, pelas condições gerais de aplicação do valor-verdade;

- b) Elas admitem o caráter consecutivo (presente em várias outras relações), concebido a partir de conteúdos proposicionais específicos;
- c) Elas são formuladas nos moldes de negação da relação implicativa, ao introduzirem em um dos membros uma partícula negativa.

Enfim, trata-se de uma relação muito complexa que naturalmente impõe uma avaliação mais demorada. Aqui interessou apenas ressaltar a natureza diferencial que elas mantêm com os demais casos analisados. Resta ainda saber se as diferenças avaliadas são suficientes para fazer delas um tipo particular de relação semântica, ou se elas seriam incluídas entre as hipotéticas, pelo aspecto de conjectura entre dois conteúdos que elas marcam. Mas essa última decisão é restritiva, tomando-se o conjunto geral da língua, porque ela só se torna factível em função de (a) a análise aqui projetada é uma análise semântica de relações e (b) a decisão só tem validade para conteúdos implicativos (seriam esses os mais usuais nas formulações disjuntivas?).

QUESTÃO FINAL

A análise desenvolvida até aqui tomou como base a relação entre orações cujos conteúdos semânticos mantinham entre si uma certa coesão semântica denominada implicação, conforme definido ao longo do texto. Essa restrição já pressupõe a existência de outras relações possíveis que foram excluídas (se é que existe uma pluralidade delas) e resalto aqui as relações que têm sido denominadas de «ordenação temporal».

Mira Mateus e colaboradores⁴ citam o exemplo histórico «Vim, vi e venci» como ilustração de uma ordenação temporal; segundo elas, a seqüência de orações representadas nesse período está ordenada temporalmente, porque é impossível alterar a ordem de ocorrência de qualquer uma, tal o desenrolar de fatos pressupostos. Seria talvez mais apropriado dizer, nesse caso, que não podemos alterar a seqüência de ações que assinalam o evento histórico, já que foi assim delineado em função de objetivos e de fatos específicos por um enunciador, mas não podemos transpor esse conjunto de detalhes para os itens lexicais em questão e concluir que essa é uma ordem necessária entre eles. Seria plenamente possível prover contextos para os quais alguma inversão pudesse ser satisfatória.

Carvalho e Pires⁵ mencionam a frase «O copo caiu e quebrou» e apontam «um relacionamento semântico ...de consecução temporal e de causalidade». A contaminação vista pelas autoras parece ser bastante genérica: isto é, grande parte das relações de causalidade pressupõem necessariamente uma ordenação temporal entre o antecedente e o conseqüente. Mas generalizar também pode ser complicado, afinal não podemos «estreitar» a noção de antecedente/conseqüente supondo aí

apenas uma sucessão de tempo, pois como é que ficaríamos com relações do tipo de «ser menos denso ... flutuar na água»? Não seria esse, pelo menos, um caso de fronteira, onde se torna difícil isolar um antecedente temporal ou não-temporal? Afinal, qual é a direção de causalidade que devemos assumir no relacionamento desses dois conteúdos:

36. Flutua na água, porque é menos denso ou

37. É menos denso, porque flutua na água. ?

Na verdade, pode ser ilusória uma prática de tomar nominais descritivos como o antecedente, supondo que «o fato de ter a propriedade de ser menos denso é que faculta a um dado objeto flutuar». Um empirista, naturalmente, poderia refletir de modo inverso: «o fato de flutuar na água é que possibilita atribuir a um objeto a propriedade de ser menos denso». E esse raciocínio não tem nada de absurdo, porque é ele que projetamos na leitura diária de frases como:

38. Ele é gordo, porque come muito.

39. Ele é gordo, porque só come massa.

40. Ele é gordo, porque não faz regime.

Ora, ninguém vai tomar a frase descritiva nominal como antecedente, ao contrário, ela pode ser o conseqüente (extensional/intensional) de todos os antecedentes enumerados como segunda oração. Assim, em termos de ordenação temporal, podemos supor um dispositivo geral de interpretação, onde todos os casos devam se enquadrar. Por exemplo:

«primeiro (cair, comer muito, comer só massas ...)
depois (quebrar, ser gordo, ser gordo....).....»

Grande parte dos exemplos analisados até agora caberia perfeitamente nesse esquema e isso seria então suficiente para garantir que, de fato, têm uma ordenação temporal, mas o esquema não cobre ainda o caso de «flutuar ... ser menos denso».

Esses comentários até o momento não asseguram a possibilidade de falar de precedência de um tipo de relação sobre outros, pois, ao desfazer a ordenação original de tempo, para um contexto possível «O copo quebrou e caiu» também estamos desfazendo a relação de causalidade (é outro o agente da quebra do copo e não mais a sua queda), formulação que, naturalmente, contradiz (ou obscurece) parte da socialização que temos sobre o vidro, sobretudo para objetos como copo, isto é, de relacionar sua queda com sua possibilidade de quebrar, como implicado no exemplo original.

Vamos admitir agora uma relação entre ações do tipo entrar/sair, sintetizada pela máxima popular «tudo que entra sai» (ou no substantivo «entra-e-sai»). Vamos supor ainda que essa máxima seja reflexo de um grau de codagem muito alto da relação semântica entre esses dois itens lexicais, através de um processo cultural qualquer. De fato, estamos sempre entendendo que, se o locutor, ao ligarmos o rádio,

diz que o time «está saindo» do gramado, pressupõe-se que o time «já tinha entrado», entre outras coisas. Agora, ao ouvirmos «o marimbondo está saindo do casulo», podemos pressupor o mesmo que na frase anterior?

É provável que sim, supondo que alguma forma de marimbondo (larva, ovo, etc.) «já tivesse entrado». Mesmo fugindo a casos um tanto artificiais, vamos admitir uma frase como:

41. Ele saiu e entrou logo.

Será que a interpretação dessa frase continua pressupondo «ele já tinha entrado...»? Se a nossa resposta continua sendo afirmativa em casos congêneres, então é muito provável que exista uma pressuposição semântica entre *entrar-sair*, ditada por uma ordenação temporal necessária entre as duas ações, e recuperável, mesmo em contextos em que os itens lexicais se façam apresentar uma ordem diversa.

A partir dos três casos comentados, não há dúvidas de que existe, na organização de seus conteúdos, alguma coisa que deva figurar «primeiro» para que alguma outra «se suceda», mas é evidente que essa sucessão no tempo comporta compromissos de coesão bastante diversificados. O primeiro exemplo me pareceu o mais eventual deles, porque a ordem das ações ali decorre de uma organização de fatos que necessariamente não integram o conteúdo semântico daqueles verbos, o que uma paráfrase livre pode revelar (por exemplo: *vir à terra do inimigo, ver as condições do inimigo e vencer o inimigo*). O segundo exemplo, a meu ver, apresenta um grau de codagem maior, porque faz parte de um processo de socialização, de aprendizagem sobre «cuidados com objeto de vidro» em que os dois itens lexicais figuram; mas é óbvio, isso não permite inferir que todo corpo que quebra precisa ter caído antes. Num terceiro estágio situaria o caso de *entrar-sair* que, se válidos os pressupostos assumidos, constituiria um nível de codagem da ordenação temporal, menos dependente de usos particulares e mais dependente de propriedades, de componentes específicos dos itens lexicais.

O objetivo aqui nessa seção era, então, refletir sobre a perspectiva de uma avaliação da confluência entre ordenação temporal e relações implicativas, ou a precedência de uma sobre a outra. Pelos comentários desenvolvidos, ficou evidente que ambos os casos (se é que são dois) comportam uma distribuição gradual de compromisso (implicativo ou temporal) de um termo com o outro. Mas essa semelhança de comportamento, que não tem correspondência direta, não constitui nenhum argumento para decidir em favor da confluência ou da precedência. Enfim, a opção por focalizar a análise em termos de relação implicativa deve-se ao fato de que essa categoria tem um peso muito grande num conjunto muito extenso de conteúdos, além de, na análise de vários casos, não estar convencido da relevância imediata da temporalidade na sua interpretação:

41. Ele anulou o gol por ser o juiz.

42. Ele trabalhou, embora fosse feriado.
43. Se for menos denso, flutua.

CONCLUSÃO

Gostaria de fazer algumas colocações finais sobre o texto desenvolvido, lembrando, porém, que elas decorrem daquelas restrições iniciais que foram apresentadas em relação à análise pretendida, isto é, uma análise semântica de relações interfrásicas, cobrindo apenas tipos de orações adverbiais e coordenadas.

1. O que foi proposto neste texto é uma reflexão que procura englobar, num quadro de referência mais amplo, um grande número de críticas e problemas que têm sido assinalados no modelo tradicional de análise de relações entre orações: a vizinhança semântica entre relações do tipo conclusiva, explicativa, causal ou a proximidade entre adversativas e concessivas. Assim, o texto presente pretendeu garantir essa convergência, da mesma forma que assegurar, numa análise ulterior (que não foi aqui desenvolvida), diferenças particulares.

2. Procurei cobrir um maior número possível de tipos de coordenadas e de adverbiais; um caso, todavia, pareceu-me mais resistente no âmbito dessa análise: as **relações comparativas**. De fato, teriam as comparativas esse padrão possível de «lida» com conteúdos implicativos, da forma que vimos até então? É evidente que podemos ter exemplos como «Ele estudou mais (menos) do que aprendeu» ou «Ele aprendeu mais (menos) do que estudou», onde a comparação assegura a relação implicativa, mas o faz criando uma desproporcionalidade entre os dois conteúdos, que se sustentam por um certo «balanceamento». Mas a situação, como tal, não é assim tão singular (singular pode ser a decisão de «jogar» num processo comparativo conteúdos implicados num grau de codagem alto): poderíamos pensar que se trata da introdução de um quantificador (mais/menos) em um dos termos da relação. Esse procedimento não é incomum e o encontramos em «Estudou tanto que aprendeu», ou «À proporção que estuda, aprende», formulações que muito se aproximam de versões comparativas (?) como «Aprendeu tanto quanto estudou», onde quantificadores também são introduzidos. Por razões dessa natureza, no quadro da análise desenvolvida, certas expressões comparativas estariam situadas numa região transitória (semelhantemente às disjuntivas) entre formas de assegurar a relação implicativa e aquelas que a negam ou questionam, essa segunda possibilidade devido à introdução de um quantificador na medida em que ele afete apenas um dos termos da relação (diferentemente de «Aprendeu tanto quanto estudou», onde a relação volta a ser «balanceada» pela introdução um quantificador em cada um dos termos). Não acho, porém, que comparativas guardariam esse compromisso com conteúdos implicados na mesma extensão de outras correlações já vistas: (a) gama variável de estrutura

comparativa não se prestaria, na sua totalidade, a «jogar» com conteúdos implicados; aqui tratamos de apenas uma de suas formulações; (b) os casos citados não constituiriam uma produção de linguagem um tanto atípica? De toda forma, acho importante uma avaliação mais detalhada do «lugar» das comparativas nesse quadro de análise.

3. No conjunto dos exemplos utilizados como formulações que asseguravam a relação implicativa, é evidente que existem relações mais gerais que deve ser sustentadas em qualquer nível de análise, ainda que em algum momento seja importante destacar particularidades. Apenas para tomar um caso de necessidade dessa análise global: «Ele estudou, logo aprendeu muito» e Ele aprendeu muito, porque estudou». Ora, dizer que no primeiro caso a relação é conclusiva (ou a oração?) e no segundo a relação é causal não é fazer uma análise da relação semântica entre estas duas orações. Afinal, «estudar» é causa em ambos os casos, assim como «aprender muito» é consequência ou conclusão. O contraste com a análise tradicional aqui reside mais em função de ela optar por uma análise mais da oração marcada por uma conjunção do que propriamente da relação entre as duas orações (embora isso não tenha um limite absoluto). Essa observação marca, naturalmente, todo o conjunto de exemplos da seção (D), mas é possível pensar naquilo que seria uma individualização da relação em alguns casos, por exemplo: marcar a causa «antes» da consequência: «Estuda, que você aprenderá»; a simultaneidade entre causa e consequência: «Enquanto estudou, aprendeu»; a possibilidade de se quantificar a causa: «A proporção que estuda, aprende» etc. Nenhum desses efeitos de sentido que podem ser obtidos a partir de inúmeros aspectos da formulação lingüística (mas sabemos perfeitamente que nem todos os conteúdos implicativos deverão se comportar como **estudar/aprender** nessa variedade de versões) destrói o caráter geral de assegurar uma relação de causa-efeito.

4. No início do texto, introduzi a oposição entre extensional e intensional; o que permaneceu dessa oposição, na análise desenvolvida?

Não vejo como sustentar, para a maioria dos fatos aqui comentados, a necessidade de fazer da representação semântica algo de diferente do conhecimento do mundo, nem como «escapar» de uma reflexão sobre a primeira em função da fluidez e da globalidade do segundo. A análise esboçada procurou exatamente trabalhar nesse terreno fronteiriço, isto é, tomar a representação semântica como um possível estágio de mediação (ou de refração) para um conhecimento que temos do universo. Assim, ao falar de relações semânticas entre orações, estamos, no meu entender, buscando formulações lingüísticas possíveis para eventos e conceitos que manipulamos como falantes de uma língua natural. Em outros termos, há momentos dessa relação onde propriedade e fatos se compatibilizam por razões convencionais ou naturais (as relações de implicação comentadas, ou uma outra qualquer), como há momentos na relação onde essas propriedades e fatos são «retrabalhados» linguisticamente (uma formulação

que se presta a assegurar, questionar ou refutar a relação em alguma modalidade específica). Não há como falar do sentido da relação privilegiando apenas um dos momentos: ambos têm relevância na compreensão das relações semânticas entre orações.

NOTAS

1. GUIMARÃES, Eduardo. Algumas considerações sobre a conjunção *Embora*: In: *Português Estudos lingüísticos*. Uberaba, Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. 1981. pp. 86-94.
GERALDI, J. W. Notas para uma Tipologia Lingüística dos Períodos Hipotético. In: *Português: Estudos lingüísticos*. Uberaba, Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. 1981. pp. 72-85.
2. CARVALHO, E. O. & PIRES, M. S. O. As relações gramaticais no âmbito do período composto por coordenação. In: *Revista de Estudos da Língua Portuguesa*. Belo Horizonte, Departamento de Letras Vernáculas FALE-UFMG. 1985. Vol. 4 (no prelo).
3. Cf. CASTRO, L. M. F. A morfo-sintaxe da concessão no português contemporâneo. Belo Horizonte, FALE-UFMG, 1985 (Dissertação de Mestrado); GERALDI, J. W. op. cit.; LEÃO, A. V. O período hipotético iniciado por 'se'. Belo Horizonte, FALE-UFMG, 1961.
4. MATEUS, M. H. M. et alii. Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra, Almedina, 1983. (sobretudo cap. 11 e 12).
5. CARVALHO & PIRES, op. cit.